

# “Pacote” fiscal

GAZETA MERCANTIL *Economia* Brasil

## rende Cr\$

22 JAN 1986

# 110 trilhões

por Celso Pinto  
de São Paulo

O governo entrou no ano de 1986 com duas certezas. Sabe que gastará pelo menos Cr\$ 25 trilhões acima do que foi oficialmente orçado. Em contrapartida, calcula que terá uma receita com o recente “pacote” fiscal bem superior à que foi divulgada até agora: mais de Cr\$ 110 trilhões em valores brutos.

Do lado das despesas, os rombos virão de três áreas: nos gastos com salários do funcionalismo, na conta dos programas sociais e no projeto de irrigação do Nordeste. Em todos estes casos, já se sabe que os gastos serão maiores do que previam os orçamentos para este ano.

No lado oposto da balança, os cálculos mais recentes e precisos do “pacote” fiscal indicam números substancialmente mais expressivos do que os originais. Na época de sua tramitação no Congresso Nacional, em dezembro, o

“pacote” foi apresentado pelas autoridades como sendo responsável por um aumento de receita fiscal de Cr\$ 60 trilhões em 1986.

Pouco depois, soube-se que esta cifra correspondia ao valor da receita adicional líquida a ser gerada para o Tesouro Nacional, já descontada a parcela que, por lei, tem de ser destinada aos estados e municípios. O valor bruto do “pacote” seria, portanto, superior a Cr\$ 80 trilhões (alcançaria Cr\$ 87 trilhões, segundo uma conta que chegou a ser divulgada pela imprensa).

Na verdade, o “pacote” será bem maior: o total de sua receita bruta, antes do repasse obrigatório, é estimado hoje em mais de Cr\$ 110 trilhões. Os repasses correspondem a cerca de um terço do total. A parcela em mãos do Tesouro, portanto, encolhe nesta proporção, mas isto não quer dizer que o efeito benéfico sobre o déficit público se limite apenas ao valor líquido. Os recursos que se-

rão canalizados, adicionalmente, aos estados e municípios deverão contribuir, teoricamente, para reduzir sua parcela do déficit público. Num ano eleitoral como este, quanto maior o volume de recursos para estados e municípios, maior a margem de segurança para cobrir inevitáveis estouros na previsão de gastos.

O governo sempre soube que o “pacote” era maior do que a estimativa oficial. Houve um conservadorismo proposital nas projeções de receitas fiscais. Enquanto o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anunciatava a expectativa de um déficit operacional do setor público de 0,5% do PIB para este ano, a partir da receita adicional do “pacote”, sabia que podia contar com uma margem de segurança equivalente a cerca de 1% do PIB. Ou seja, que, feitas as contas com mais rigor e menos pessimismo, seria possível pensar num pequeno superávit operacional, da ordem de 0,5 a 1% do PIB.

Para que isto acontecesse, no entanto, seria preciso que as despesas ficassem estacionadas nos níveis fixados pelos orçamentos oficiais. Isto já não é mais possível.

Um dos rombos abertos nas contas federais veio da decisão do governo de conceder o IPCA pleno para o funcionalismo público, e não o que havia fixado a lei de reajuste. A diferença acabou sendo expressiva: a lei previa 75%, mas o IPCA pleno superou 89%. Ao complementar o reajuste, o governo estourou sua previsão de gastos salariais em Cr\$ 10 trilhões.

Alguns criticaram a iniciativa do governo de oferecer, voluntariamente, algo que não havia sido objeto, ainda, de reivindicação e pressão. Não é bem assim. Um artigo que acabou aprovado junto com o “pacote” fiscal, em dezembro, previa, em lei, que o governo concederia o IPCA pleno pelo menos aos funcionários públicos que percebessem até dez salários mínimos. Não havia, por esta razão, muita escolha.

Outro rombo importante será aberto pelo programa de irrigação do

(Continua na página 3)

## • Nacional

### POLÍTICA ECONÔMICA

*Economia  
Brasil*

# “Pacote” fiscal rende Cr\$ 110...

por Celso Pinto  
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)  
Nordeste, no qual o presidente José Sarney está pessoalmente empenhado: serão Cr\$ 9 trilhões de despesas adicionais. Além de pressionar os gastos, a forma como será realizado o programa acabará gerando problemas em outra frente.

Ao optar pela manutenção dos juros em 35%, como pediam os agricultores do Nordeste, mas desaconselhava a área econômica do governo, o presidente tornou virtualmente inviável um programa de financiamento com o Banco Mundial (BIRD), de US\$ 600 milhões. Este programa, que vinha sendo discutido há anos com o BIRD, tinha como pressuposto uma redução nos subsídios implícitos nos juros. Mantendo os juros fortemente subsidiados, o governo fechou as portas para o financiamento do BIRD.

Do ponto de vista do programa global de empréstimos que está sendo discutido com o BIRD, o virtual abandono deste projeto não chega a comprometer. O Brasil vem discutindo um leque variado e substancial de alternativas com o BIRD. Supõe poder desem-

bolsar, em 1986, algo entre US\$ 1,8 bilhão e US\$ 2 bilhões, e esta estimativa não deverá ser prejudicada pela decisão do programa de irrigação.

O terceiro rombo nas contas federais será provocado pelos programas sociais. As promessas contidas em alguns dos programas anunciados pelo governo não correspondiam às verbas que haviam sido destinadas a eles.

A primeira revisão de contas acrescentou Cr\$ 1 trilhão na conta do programa que pretende dar um litro de leite para as crianças carentes; mais Cr\$ 1,5 trilhão no programa para assegurar uma cesta básica de remédios gratuitos para a população mais pobre; e outros Cr\$ 3,4 trilhões por conta da extensão do alcance da distribuição de merendas escolares, tanto em relação à população beneficiada quanto em relação aos dias abrangidos. No total, estes programas sociais custarão Cr\$ 5,9 trilhões além do orçado. Além disso, é bom lembrar que a lei orçamentária prevê que a eventual arrecadação adicional do Tesouro, através do orçamento da União, deverá ser destinada, prioritariamente, para a área social.